

*Arquitetura da responsabilidade: modos de gestão do espaço de uma moradia estudantil*

*Profa. Fernanda Miranda da Cruz*  
Comissão Paritária de Moradia Estudantil  
Conselho de Assuntos Estudantis  
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
Outono de 2011

Um das primeiras perguntas feitas por muitos que ouvem dizer de um projeto de construção de moradia estudantil é: mas qual será o modelo de gestão? Os discursos parecem mostrar dois modelos antagônicos, o da autogestão e o da gestão institucional. Ora, o que seriam de fato estes modelos? Ou ainda, o que implicariam? O texto que aqui se apresenta não trará respostas nem proporá modelos. No entanto, ele talvez possa, ainda que de forma modesta, contribuir para o amadurecimento do debate que busca uma compreensão mais refinada do que implica a gestão ou as gestões de uma moradia estudantil. Este é o ponto do qual gostaríamos de tratar em contribuição aos estudos feitos para a implantação da Moradia Estudantil na Unifesp.

Para isto destacaremos três dimensões importantes que constituem uma Moradia Estudantil Universitária : a universidade, os estudantes-moradores, a cidade. Todas essas três dimensões implicam formas de gestão. O exercício está em compreender como essas três dimensões podem se relacionar.

Iniciaremos pela dimensão da instituição universitária. A proposta de construção de uma moradia universitária no âmbito de uma universidade pública tem como objetivo primeiro criar condições de permanência aos estudantes que passam a viver na cidade em que o campus universitário situa-se. Como uma proposta que se insere dentro do Plano Nacional de Assistência Estudantil, as moradias destinam-se aos estudantes em condições socioeconomicamente menos favorecidas. A proposta de criação de moradias estudantis na UNIFESP tem como ponto de partida atender a esta demanda. Vale notar, no entanto, que ainda que deva haver um forte compromisso com os estudantes com perfil socioeconomicamente vulnerável, isto não significa que as universidades não possam pensar em projetos de moradia estudantil que contemplem as demandas de moradia e centros de vivências dos estudantes em geral. Isto significa obviamente ampliar o cenário de discussões e trazer para o debate outros elementos importantes. Mas esse último ponto não está no nosso escopo originalmente delineado para as reflexões propostas aqui.

Para o que nos interessa refletir neste momento, o que é fundamental é o reconhecimento da Moradia como um projeto político-educacional, como um bem público, de responsabilidade da Universidade. Esta responsabilidade implica a gestão adequada dos recursos destinados ao funcionamento público, à manutenção e à preservação do espaço universitário. No entanto, esta responsabilidade implica também duas outras noções: a de *pertencimento* e a de *responsabilidade*.

A noção de *pertencimento* pode ser contrastada à noção de posse. A noção de pertencimento significa compreender que a Moradia não é um anexo da universidade. Uma moradia estudantil é parte integrante do projeto universitário, no qual todas as dimensões da universidade podem ser encontradas, ensino, pesquisa e extensão e uma quarta dimensão evidenciada: a vivência coletiva. A moradia estudantil é um espaço de produção de conhecimentos. Ela é ainda um espaço de interação entre áreas de conhecimento. Interação esta menos condicionada à necessária e não poucas vezes restritiva divisão de disciplinas e áreas do conhecimento propostas pelo processo formativo universitário. É desta forma que a Universidade atua na gestão de uma moradia, entendendo-a como parte integrante de um projeto de universidade livre, autônoma e pública. Sua participação significa, por meio de representantes de todos os segmentos que compõe a universidade, defender os recursos destinados à manutenção e ao bom funcionamento deste espaço. Mas significa também promover e apoiar as ações que respondam à sua vocação. Esta relação de pertencimento certamente é o que se diferencia de uma relação de posse, que não se aplica ao que é público.

A noção de *responsabilidade* complementa a noção de pertencimento como princípio de gestão e contrasta, por sua vez, à noção de controle. A gestão pela Universidade do espaço da moradia estudantil significa antes de tudo fazer um esforço analítico do que é este espaço, identificar assim suas contradições e diversidades e conceber o espaço da moradia como um lugar no qual podemos encontrar todas as estruturas e relações sociais presentes também na sociedade. Esta posição de responsabilidade ao espaço tem como princípio responder e perguntar-se com o mesmo grau de complexidade analítica sobre ele. Mais do que resolver ou responder a um problema via um modelo institucional aplicável e eficiente, a noção de responsabilidade propõe-se mais dialógica.

Entendendo a instituição universitária como uma dimensão da gestão deste espaço, passamos agora a uma outra dimensão: a dos estudantes-moradores que habitam a Moradia Estudantil. A relação do morador com o espaço é cotidiana. Os estudantes-

moradores certamente percebem e ocupam de formas distintas o espaço da moradia. A preservação de uma dimensão individual e sua articulação com a dimensão coletiva e pública da moradia levam os seus moradores a pensar em formas de gestão deste espaço. O modo como estas formas de gestão dialogam ou interagem com a gestão institucional tem sido um exercício intenso praticado, muitas vezes, com grandes conflitos. Sem a dimensão de uma gestão institucional construída a partir dos princípios de *pertencimento* e de *responsabilidade* nenhuma outra dimensão pública e política da moradia parece vingar. As formas de gestão dos moradores ou de uma comunidade representam a dimensão pública e política em seu cotidiano, representam formas criativas de existência, formas de convivência e acordo de práticas, intercâmbio de conhecimento, espaço de aprendizagem e de formação, espaço de criação de projetos.

Se de um lado o vínculo com o espaço da moradia parece iniciar-se pelo vínculo da universidade, ele não se limita aí. A moradia faz fronteiras com a cidade, com o bairro, com a vizinhança. Em alguns casos, as moradias estudantis são o primeiro contato da comunidade com a Universidade. Em muitos casos, o único. A gestão do espaço da moradia adentra a vizinhança, a cidade. Isto significa que a gestão encontra outras gestões relacionadas a este espaço específico. Outras normas de convívio, outras políticas passam a fazer parte do universo de reflexões do que significa morar e atuar na Moradia Estudantil.

Nas três dimensões, institucional, local (interna) e externa (fora dos espaços da moradia), a gestão implica uma compreensão dos mecanismos de funcionamento dialógico, ou seja, das várias (e por vezes dissonantes) vozes envolvidas na construção do espaço da moradia. Esta compreensão distingue-se da tentativa de se criar um conjunto de regras fixas e mecânicas. Um funcionamento mecânico se orienta pelas coisas em si e não pelo que elas possam significar em suas relações e nos embates de umas com as outras. Uma perspectiva distinta da mecânica e da eficiente (vejamos por exemplo as críticas ao modelo de eficácia feitas por Foucault) propõe-se a refletir em uma dinâmica de interações entre estas três dimensões acima sem, no entanto, provocar ou fabricar uma harmonia em seu funcionamento.

Uma “arquitetônica da responsabilidade” (Bakhtin) nos pareceu propícia aqui. Como um projeto conceitual sobre o espaço das relações dialógicas produzidas pelo homem em seus embates, o que estaria no centro de uma tentativa de autêntica gestão de espaço seria, antes de tudo, o estabelecimento das problematizações e não da ordem.

Certamente a oposição entre modelos institucionais ou de auto-gestão talvez sejam formas arcaicas de pensar a moradia estudantil. Esses modelos poucas vezes dão conta o que é cotidianamente uma moradia e o que ela pode significar como projeto político-educacional pleno, que não apenas abriga por um tempo os estudantes, mas que oferece formas de existência subjetiva, política e atual social.